

A CONTRAPOSIÇÃO ENTRE CIDADE E CAMPO EM OBRAS LITERÁRIAS IBÉRICAS DOS SÉCULOS XVI E XVII

Angela Mendes de Almeida

Entre os séculos XVI e XVII a idealização do espaço rural e o tema da fuga para o campo povoou insistentemente algumas obras literárias ibéricas.¹ Nessa época a cidade ainda se apresentava como “Corte”, sua expressão mais refinada. Era dela que pensavam em fugir os cortesãos e as “damas de corte”,² idealizando o campo sob as mais variadas formas. Influenciados pelos textos da Antigüidade, os autores do século XVI retomaram alguns temas de fundo tais como a idéia de que a vida rural era mais nobre, já que era propiciada pela natureza, obra divina, enquanto a vida urbana era obra do homem.

Em 1539 o moralista franciscano espanhol Frei Antonio de Guevara publicou *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, dedicado ao rei de Portugal, D. João III.³ Não se tratava, como poderia parecer pela indicação de sua ordem, de um monge habituado apenas ao claustro. Ao contrário, Guevara era um rematado cortesão aos moldes da Espanha quinhentista. Nascido cerca de 1481, chegou à corte dos Reis Católicos (Isabel de Castela e Fernando de Aragão) com doze anos. Era de uma família nobre inserida nos meios palacianos, os Béltran, mas há dúvidas se era filho legítimo ou não. O fato é que, no início do século XVI, com a morte de Isabel, as incertezas do reino, as pestes, as secas e a morte de seus parentes bem colocados, Guevara viu-se levado a entrar para a ordem dos franciscanos. Mas nunca perdeu de vista a corte, até que, consolidado o império de Carlos V, conseguiu voltar a ela, primeiro na categoria de pregador – qualidade que havia desenvolvido em seu convento, em Valladolid – depois de cronista, conquistando finalmente o Bispado de Mondoñedo. Foi nessa qualidade, de

¹ Julio Caro Baroja, *La ciudad y el campo*. Madrid-Barcelona, Alfaguara, 1966.

² Desde que, no fim do século XV, na Itália, algumas prostitutas de luxo abriram seus salões literários, como Gaspara Stampa, Veronica Franco e Tullia de Aragona, por exemplo, e foram por isso chamadas de cortesãs, utilizava-se esse termo de forma pejorativa do ponto de vista “moral”. Assim o feminino de “cortesão” era “dama de corte”. Ver Angela Mendes de Almeida, *Mães, esposas, concubinas e prostitutas*. Seropédica, Edur, 1996, p. 41; ver ainda: Paul Larivaille, *La courtisane en Italie au temps de la Renaissance*. Paris, Hachette, 1975; e Maulde de La Clavière, *Vers le bonheur – Les femmes de la Renaissance*. Paris, Perrin, 1898.

³ Madrid, Catedra, 1984.

dentro da corte, que Frei Guevara escreveu seu livro em “linguagem vulgar” (isto é, em espanhol).⁴

A corte que tem em vista é a de Carlos V e ela é o seu centro de reflexão, o campo (isto é, a aldeia) aí aparecendo apenas como alternativa negativa. É um movimento centrífugo que, porém, nunca perde o eixo que se resume em ser suficientemente forte, esperto, “discreto” e prudente para conseguir manter-se na corte. Nos primeiros três capítulos Guevara relativiza a decisão de abandono da corte, pois, em primeiro lugar, querer experimentar vários estados e modos de vida (rei, cavaleiro, escudeiro, casado, religioso, mercador, pastor, lavrador) não leva a nenhuma certeza: “depois de tudo experimentado, dificilmente se saberia determinar qual destes estados escolher”. Por isso é temeridade e leviandade aconselhar alguém, que nunca “se há de levar pelo que o outro diz, senão olhando que inclinação tem”. Se as coisas não se passam bem para o cortesão, é leviandade e vaidade, “estando em nós mesmos a culpa”, queixar-se dos outros.

“Quem é a causa de que eu seja tão desordenado nos comerres, senão eu mesmo, criado tão mimado e guloso? (...) Quem dá licença à minha própria carne para que se levante contra meus santos desejos, senão meu coração que anda irritado com pensamentos levianos?”

A insatisfação do cortesão nasce do fato de que “o muito que é nosso parece-nos pouco e o alheio parece muito. À nossa riqueza damos o nome de trabalho e à pobreza alheia chamamos de repouso”.⁵

Fica bastante evidente que corte/cidade em contraposição a aldeia/campo são, muito mais do que lugares físicos, estados de espírito e modos de comportamento. Daí que “o vício e o vicioso são os que passam a vida buscando a oportunidade de serem maus, já que a virtude e o virtuoso acham sempre lugar para serem bons”.

Na verdade, diz Guevara, os propósitos de abandonar tudo e abraçar a santidade só ocorrem quando “ao cortesão lhe falta dinheiro, lhe fazem algum agravo, não lhe sai bem algum pleito, ou saiu da entrevista sem resultado (...) de maneira que aquele arrependimento não vem dos males que praticou, senão dos negócios que não lhe saíram bem.” Mas o cortesão não deve tomar qualquer decisão de forma apaixonada pois poderia acontecer que depois quisesse voltar à corte e não ousasse. Que cada um trate de conhecer-se e saber suas inclinações.

O eixo da obra é a corte, também assimilada ao “mundo” e aos grandes aglomerados urbanos, tanto é assim que a decisão de abandono deve ser bem pesada, já que o difícil não é sair, senão “encontrar-se o cortesão fora dela”. Se deixa a corte “fingidamente” o cortesão terá muito trabalho até para esquecê-la.⁶

Analisa o livro em seguida os cuidados para viver na aldeia, depois do abandono da corte. O cortesão é sempre um homem que possui uma “casa” na aldeia, uma

⁴ Conhecia o latim eclesiástico, mas não tinha uma formação de humanista, adquirida na universidade, que lhe permitisse escrever nessa língua (Asunción Rallo Gruss, “Introducción”, in: Fr. A. de Guevara, op. cit., pp.15-92.

⁵ Op. cit., pp. 132, 135, 127, 126 e 133 (Tradução minha).

⁶ Ibid., pp. 137, 144, 146, 148, 150 e 153 (Tradução minha).

propriedade senhorial que, retirando-lhe do bulício da corte, lhe dá um poder local. Para que não se entristeça ou aborreça, Guevara lhe aconselha que se mantenha ocupado em exercícios, porque “se deixa o corpo folgar e o coração solto nos seus pensamentos”, enfim, se se deixa levar à ociosidade, estará perdido. Deve buscar a conversação com homens sábios, comer sobriamente, beber moderadamente, vestir-se “honestamente”, ser cauteloso nos passatempos e virtuoso nas relações.⁷

Em compensação a aldeia fornece-lhe algumas vantagens, ou como as chama Guevara, “privilégios”. Ao contrário do que acontece àquele que acompanha o trem de vida da corte, no qual suas coisas são tomadas, seus aposentos sempre trocados, suas roupas divididas e outros incômodos, o que escolhe viver na aldeia tem o privilégio de fazê-lo na casa que herdou de seus antepassados ou comprou com seu dinheiro, pode gozar de suas “fazendas” porque aí não tem gastos extravagantes, pode fazer exercícios impossíveis nos grandes aglomerados urbanos, enfim, gozar da natureza.⁸

“Oh! quão aprazível é a morada da aldeia, onde o sol é mais luminoso, a manhã mais precoce, a tarde mais preguiçosa, a noite mais quieta, a terra menos úmida, a água mais limpa, o ar mais livre, o barro mais enxuto e os campos mais alegres!”

Temos aí uma das poucas, senão a única, referência ao espaço físico da aldeia/campo. De resto volta-se ao ambiente “espiritual” da aldeia, onde “é o bom, honrado como bom, e o ruim, conhecido por ruim”, diferentemente do que acontece nas cortes e nas “grandes repúblicas”, onde “ninguém é servido e acatado pelo que vale, senão pelo que tem”.⁹

Na aldeia os homens são “mais virtuosos e menos viciosos”. Na corte, ao contrário, florescem todos os males. Quem quiser adular encontrar-se encontrará quem encampe, quem quiser vingar injúrias encontrará quem execute, quem quiser banquetear-se encontrará a cada passo glutões, quem quiser mentir encontrará cúmplices. Aí nunca faltam paixões entre cortesãos, disputas entre criados, concorrência entre oficiais, inimizades entre generosos, desassossego entre ambiciosos, rixas entre maliciosos, aí “tudo se permite, tudo se dissimula, tudo se admite”, o que é mais raro de achar é a verdade. Ao entrar na corte pensa-se ser um dos mais honrados, ricos, estimados e que gozam de intimidade com os poderosos (“privados”), mas depois vê-se “pobre, abatido, esquecido e desfavorecido, diz que é um infeliz e que o mundo está perdido, como se fosse verdade que a culpa fosse do mundo e não dele, que é um louco muito grande”.¹⁰

*

* *

André de Resende escreveu, em 1535, outro exemplar desse tipo de literatura, um pequeno poema em latim, dedicado a Damião de Gois, “*Ad Damianum a Goes de Vita*

⁷ Ibid., pp. 155, 156 e 158 (Tradução minha).

⁸ Ibid., pp. 160, 163 e 169 (Tradução minha).

⁹ Ibid., pp. 171 e 177 (Tradução minha).

¹⁰ Ibid., pp. 179, 182, 185, 186, 192 e 219 (Tradução minha).

Aulica”.¹¹ Nascido cerca de 1500, em Évora, entrou bem jovem para o convento dos dominicanos e ainda com treze anos começou a estudar em universidades estrangeiras: Alcalá de Henares, depois Salamanca, Louvain e Paris. Em 1531 passou a ser preceptor na casa de D. Pedro de Mascarenhas, embaixador português em Bruxelas, e com ele seguiu a corte de Carlos V à Alemanha e depois à Itália.¹² De volta a Portugal, em 1533, foi autorizado pelo Papa a viver na corte, tendo sido preceptor de D. Duarte, um dos mais jovens irmãos de D. João III. É portanto a corte joanina que Resende tem em mente quando debulha suas queixas ao amigo, Gois, que soube recusar o cargo importante de tesoureiro da Casa da Índia, em 1533, preferindo voltar ao norte da Europa onde freqüentou Erasmo, em seus últimos meses de vida, cursou a Universidade de Pádua e manteve debates com luteranos como Melanchton, e cardeais irenistas, como Sadoletto.¹³ Aqui a alternativa à corte e ao “mundo” não é o campo, mas é no entanto a liberdade que se supõe haver no campo.

Com efeito, afirmando não ser rico e viver de módicos recursos, sem porém nunca ter sido privado de conforto, ele se pergunta “ao preço de que incenso” aceitou “viver em uma corte que odeia”, quando poderia “viver livre de qualquer preocupação e deliciosamente feliz”. Dizendo temer ser acusado por parentes de traí-los, decidiu suportar a vida na corte. E começa a criticá-la, dizendo ser preciso ser assíduo

“não deixar ninguém chegar antes de ti pela manhã, ninguém sair depois de ti. Conseguir que o rei te veja e não partir sem que isto se realize. Entretanto, à espera de ser admitido em sua presença, solta tuas mandíbulas reprimindo, meio dormido, os bocejos; lima tuas unhas com uma faquinha; e se os cortesãos sentados ao teu lado tiverem vontade de zombar de alguém com riso ferino, não te oponhas, ao contrário, acrescentes algum sarcasmo de modo a estar pronto, por sua vez, a vir a ser em seguida alvo destes escarnecedores. Dedicar-te a passar assim teus belos anos e tua velhice”.

Apesar da corte estar aberta aos poetas (refere-se em geral aos letrados humanistas), continua Resende, neles busca-se apenas o brilho que emprestam, do qual não deriva nenhum prestígio ou consideração. A certo momento a carta ilustra com um exemplo: D. João III dispôs-se a conhecer o que disseram Aristóteles e Platão, a fim de melhor poder governar a *res publica*. No dia aprazado da exposição, “inquieta por seu partido, a vigilante facção que trafica a vis preços as leis e os direitos sagrados, brada: Que monstruosidade! O senhor da terra e do mar será transformado em aluno?” Contra os suplícios que os sábios trariam com suas lições argumentam que basta ao rei “confiar nos especialistas em direito e leis e outorgar-lhes o cuidado do reino”.¹⁴ Desde aquela época os letrados versados em humanidades viam-se espezinhados pelos “técnicos” especialistas em Direito.

¹¹ In: Odette Sauvage, *L'itinéraire érasmien d'André de Resende*. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, pp. 145-155 (edição bilíngüe latim/francês).

¹² A. Moreira de Sá, “Introdução”, in: André de Resende, *Oração de sapiência - (Oratio pro nostris)*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956, p. XII; e Luís de Matos, “L'humanisme portugais et ses relations avec l'Europe”, *Bulletin des Études Portugaises*, Nouvelle série, Tome XXVI, Lisboa, 1965, p. 56.

¹³ Marcel Bataillon, “Damião de Goes” in: Marcel Bataillon e outros, *Damião de Goes, humaniste européen*. Paris, Jean Touzot Libraire-Éditeur, 1982, p. 9.

¹⁴ A. de Resende, op. cit., pp. 147, 149 e 151 (Tradução minha).

*
* *

Um outro exemplar deste tipo de literatura é o *Duarum Virginum Colloquium* (*Colóquio entre duas virgens*), escrito em latim por Luísa Sigéa, em 1552, porém publicado apenas no século XX.¹⁵ Letrada da corte de D. João III, vivendo com um conjunto de damas bem dotadas no palácio da Infanta D. Maria, irmã do rei, Luísa nasceu na Espanha, por volta de 1522 e alcançou notoriedade internacional, estando ainda viva, como “um fenômeno da natureza”, qual seja, uma mulher que, ainda em tenra idade, possuía o supra-sumo da cultura erudita da época: era capaz de escrever perfeitamente em cinco línguas clássicas: latim, grego, hebraico, caldaico e árabe.

O *Colóquio*, consistente e volumoso, pode ter sido influenciado pelas duas obras anteriores, e particularmente pelo poema de André de Resende. Conheciam-se bem e o poeta faz uma referência a ela em um outro poema de encômio à Infanta D. Maria e sua corte de mulheres eruditas, escrito provavelmente em 1543, mas somente publicado em 1551, juntamente com o *Discurso no Colégio das Artes*, de Coimbra.¹⁶

A obra tem a forma coloquial, bem ao gosto dos humanistas da época e imortalizada por Erasmo, que era bem menos dogmática que o estilo predominante até então, permitindo a apresentação de argumentos contrários uns aos outros e a não definição de uma "verdade". Através de duas moças - Blesilla, de Siena, e Flamínia, de Roma - Luísa Sigéa confronta duas opções de vida possíveis na época para os setores sociais abastados, porém não pertencentes à nobreza. Ela o faz através quase que de uma colcha de retalhos de citações de trechos do Antigo e do Novo Testamento, de Pais da Igreja e de escritores greco-latinos estóicos, sobretudo Plutarco e Cícero. Nos interstícios dessa colcha deixa ela escapar sua angústia e sua revolta contra a opressão dos príncipes e as intrigas da vida na corte. As fontes utilizadas pesam no texto e ela mesma diz, na dedicatória à D. Maria, introdutória, que a obra é fruto de uma trabalho penoso envolvendo "o estudo de línguas diversas e de outros conhecimentos que eu tinha adquirido ao preço de imensos esforços e de pacientes vigílias"¹⁷. Exercício de virtuosismo, escrito basicamente em latim, o *Colóquio* contém inúmeras referências e citações dos Pais da Igreja, em hebraico, e dos autores gregos, em língua grega, tudo com sua respectiva tradução latina. No entanto, é importante sublinhar que a condição feminina da autora e das duas personagens é praticamente abstraída. Talvez pelas fontes utilizadas e também por considerar-se a si mesma “um fenômeno contra-natura”, Luísa escreve como um homem. Pregando para as outras mulheres a modéstia, quer exhibir ao mundo seu extraordinário saber.

¹⁵ Louise Sigée, *Dialogue de deux jeunes filles sur la vie de cour et la vie de retraite*. (Edição bilíngüe francês/latim, organizada por Odette Sauvage). Paris, PUF, 1970.

¹⁶ A “*Sempre-Noiva*” – *Carta de André de Resende à Infanta D. Maria* (Trad. e Apres. de Gabriel de Paiva Rodrigues). Coimbra, Atlântida Editora, 1976, p. 26.

¹⁷ *Duarum*, p. 68 (Tradução minha), Edição Odette Sauvage.

Blesilla, que conduz o colóquio transcorrido durante três dias, defende a vida retirada no campo, manifesta a opção pela religião, pela oração e pela realização pessoal na adoração a Deus, que é o ideal de vida medieval, sempre renovado pelo cristianismo. Flamínia sustenta o modo de vida mundano, que realiza e concretiza a cultura do século. O centro desse modo de vida é o príncipe, encarnação ao mesmo tempo da Nação e do Estado, duas novas noções da época. O campo, como local físico da vida retirada, está praticamente ausente, raramente aparecendo, a não ser sob a forma de liberdade que não se tem na corte:

“Alguns, austeros e graves, não podendo suportar os costumes da multidão nem dos príncipes, viveram no campo e aí encontraram sua alegria baseada sobre seus bens de família, propondo-se, como também o fazem os reis, a que não lhe faltassem nada, a não obedecer a ninguém, a usar da liberdade que consiste em viver como se quer”.¹⁸

O núcleo conflitante do diálogo situa-se nos hábitos mundanos e cortesãos, constituindo ao mesmo tempo uma visão secular do mundo, diferente da que o cristianismo havia conseguido impor até então, bem como uma concepção de vida hedonista que sub-repticiamente se infiltrava no padrão tradicional do cristianismo medieval, calcado no sacrifício. Há, no entanto, um conteúdo implícito que sempre vem à tona e que contém a contribuição mais original da autora: é a profunda humilhação ressentida pelo letrado, por servir e dever obediência a nobres incultos e incapazes, a angústia de depender de favores e humores de seres que ocupam posições por laços de sangue e não por merecimento. Essa angústia manifesta-se pela boca da jovem Blesilla, que defendendo a vida monacal, critica o mundanismo da corte. Para ela, a mansuetude que os cortesãos manifestam não vem do coração, e sim da coerção que os príncipes exercem "seja [pela] esperança de recompensa, seja [pelo] temor de perder o que foi adquirido ao preço de uma sujeição penosa" (...)

"[Os príncipes] ... em um piscar de olhos, amam e odeiam, concedem seu favor e esmagam, constroem e destroem, elevam e arruinam; aquele que hoje sobe até aos astros por suas honras, amanhã, pelo efeito do mais leve murmúrio dos rancorosos, é lançado pelos príncipes em um abismo de infâmia. Aquele que eles hoje agradam, em seguida desdenham, e com o ar duro que lhes foi dado pela natureza para punir, desprezam e dele tiram todo o poder. Quando necessitam de súditos obedientes, seja para mostrar com ostentação a grandeza de sua majestade, seja para preencher diligentemente seus cargos, cobrem-nos de palavras cheias de promessas e lhes inflam com o bafejo dos vãos favores. Depois, quando a tropa dos bajuladores que envolve sempre os príncipes por todos os lados dilacera suas orelhas, suas promessas evaporam-se e desfazem-se e, apesar dos serviços prestados por esses súditos, a vitória cabe aos bajuladores e os príncipes decidem a seu bel-prazer"¹⁹.

O tema da inconstância e da frivolidade dos príncipes aparece no contexto geral da argumentação de Blesilla, como uma das razões que fazem da vida retirado no campo, uma opção melhor que a vida mundana, que traz mais felicidade. Blesilla, estigmatizando

¹⁸ *Duarum*, p. 240 (Tradução minha).

¹⁹ *Duarum*, pp. 94 e 96 (Tradução minha).

a corte, discorre também longamente sobre os "bens temporais" que aí predominam, dos quais resultam os cuidados exagerados com o corpo e a aparência, sobretudo nas mulheres. Falando como um homem severo fala às mulheres, Blesilla conclama-as à modéstia e à obediência no melhor estilo dos Pais da Igreja. Para esses pensadores recuados no tempo e na qualidade da sua moral, um dos maiores defeitos na mulher é o falar demais, a tagarelice, e Blesilla não hesita em recorrer a S. Jerônimo para quem "uma mulher que fala muito está habituada a falar muito, e nessa tagarelice infiltra-se freqüentemente uma tendência à paixão"²⁰. Ora, é bom lembrar que Luísa Sigéa, que lia e escrevia muito, não devia primar pelo silêncio e é uma mulher apaixonada, ao menos pelo seu saber e seu poder de argumentação. Assim sendo, vezes há em que Blesilla externa as angústias da própria Luisa, outras em que transcreve o manancial de preconceitos misóginos seculares.

No terceiro dia de discussões o dilema da escolha entre a vida retirada no campo e a vida na corte é tratado do ponto de vista da felicidade. Fiel a formulações derivadas de filosofias greco-latinas estoicas, a chave da felicidade é localizada no domínio do corpo exercido pela alma. Ora, vivendo no meio das riquezas e dos prazeres da corte, a pessoa afeiçoa-se a estes bens materiais e é capaz de perder a alma para não perdê-los²¹. Entretanto a pregação de Blesilla fracassa e Flamínia, tal como Luísa, permanece ligada à vida mundana da corte, recusando a "fuga do século", dos prazeres e das ostentações. Ao fim e ao cabo toda a argumentação de Blesilla em favor do estilo de vida retirada repete os preceitos convencionais do ideal moral monacal, com exceção de sua contundente e perspicaz crítica à arrogância dos príncipes e à falsidade dos bajuladores cortesãos. É Luísa quem fala pela boca de Blesilla.

Essas três obras mostram-nos, portanto, uma corte (cidade) como império do mundano que corrompe e faz sofrer, enquanto o ambiente de retiro, de fuga – a aldeia, o campo – não se concretiza como espaço material e físico, constituindo mais que nada a negação de todo mal que circula na corte.

*

**

Diferente é o caso da obra *Corte na aldeia*, de Francisco Rodrigues Lobo²², publicada em 1619, diálogos em português que fazem lembrar *O cortesão* (1528), de Baldassar Castiglione, por algumas de suas características, inclusive pelo seu tom normativo e sua preocupação com a forma de uso da linguagem no ambiente da corte. Rodrigues Lobo nasceu por volta de 1579, em Leiria, e a história registrou, posteriormente à sua morte, a partir de um processo inquisitorial movido contra seu irmão por judaísmo, que era cristão-novo. No entanto, além de formar-se em Direito, em Coimbra, recebeu ordens menores como clérigo. Sua vida é pouco conhecida: não exerceu cargos importantes e permaneceu em sua cidade natal. Produziu vasta literatura e, como

²⁰ *Duarum*, p. 154 (Tradução minha).

²¹ *Duarum*, p. 206 (Tradução minha).

²² Lisboa, Livraria Sá da Costa Edit., 1972 (3ª ed.).

era hábito, dedicou suas obras a vários nobres, especialmente ao Duque de Bragança, Teodósio II (que viria a ser pai do futuro D. João IV, rei de Portugal a partir de 1640) e a seu irmão, D. Duarte, o que lhe valeu uma pensão.²³

Corte na aldeia tem ainda outro ponto em comum com *O cortesão* que é a sua intenção nacionalista. Esta última obra são diálogos mantidos na Corte do Duque de Urbino, escritos em época em que as cidades, cortes e estados italianos, pulverizados, eram vítimas da cobiça e da guerra de franceses, espanhóis e do Papado, prenunciando já o desastre que seria, para italianos e para o Papado, o saque de Roma em 1527 pelas tropas imperiais comandadas pelo hiper-católico Carlos V. No entanto a intenção nacionalista é suplantada no livro pela defesa da casta da nobreza.²⁴ Com efeito, as personagens reais que dialogam são homens importantes no cenário renascentista italiano, como Pietro Bembo, nobre e escritor neo-platônico; Giuliano de Medicis, o “Magnífico”, irmão do Papa Leão X (Giovanni de Medicis); Cesare Gonzaga, de um ramo da Casa dos Gonzaga; e outro nobre, Gasparo Pallavicino.²⁵

Nesse aspecto o contraste com os dialogadores do *Corte na aldeia* é gritante, pois estes têm uma dimensão efetivamente “aldeã”, talvez advinda do estado de pequenez em que se encontrava o sentimento nacional português com a transferência da Corte para a Espanha. Com efeito, na dedicatória a D. Duarte de Bragança esse sentimento transparece logo no início:

“Depois que faltou a Portugal a Corte dos Sereníssimos Reis, ascendentes de V. Excelência (da qual as nações estrangeiras tinham tão grande satisfação e as velhinhas tão igual inveja), retirados os títulos polas vilas e lugares do Reino e os fidalgos e cortesãos por suas quintãs e casais, vieram a fazer Corte nas Aldeias, renovando as saudades da passada com lembranças devidas àquela dourada idade dos Portugueses ...”²⁶

O lugar dos diálogos é desenhado:

“Perto da Cidade principal da Lusitânia está uma graciosa Aldeia que com igual distância fica situada à vista do mar Oceano, fresca no Verão, com muitos favores da natureza, e rica no Estio e Inverno, com os frutos e comodidades que ajudam a passar a vida saborosamente; ...”²⁷

A referência evidente à Sintra, lugar de veraneio da corte, obscurece a verdadeira “corte na aldeia” dos Bragança, que existia em Vila Viçosa, com seu fausto de serões

²³ Antonio José Saraiva e Oscar Lopes, *História da literatura portuguesa*. Porto, Porto Editora, s.d., (3ª ed.), pp. 371-373.

²⁴ José Guidi, “L’Espagne dans la vie et l’oeuvre de B. Castiglione” in: *Présence et influence de l’Espagne dans la Culture italienne de la Renaissance*. Paris, Centre de Recherche sur la Renaissance Italienne, Université de la Sorbonne Nouvelle, 1978.

²⁵ Baldassar Castiglione, *Le livre du Courtisan*. Paris, GF-Flammarion, 1991

²⁶ Op. cit., p. 1.

²⁷ Ibid., p. 5.

literários e musicais, de comitivas e caças, de vasto corpo de lacaios, cavaleiros e letrados, que se preparava para, com a Restauração, assumir a Coroa de Portugal.²⁸

As personagens ficcionais dos 16 diálogos não têm, nem de longe, o brilho da Corte de Urbino e dos Bragança. Trata-se do senhor da casa, Leonardo, antigo freqüentador da Corte dos Avis; do Doutor Lívio, um letrado; do Fidalgo D. Júlio; de um estudante, Píndaro; e de um velho, Solino, antigo servidor de um dos “grandes da Corte”, um elemento mais popular.²⁹ Os temas dos diálogos têm muito a ver com o comportamento correto em uma corte, centrados no uso da linguagem. Mas em nenhum momento, como nos outros casos, o ambiente físico e real, sobretudo o da aldeia, do espaço rural, é mencionado. A “aldeia” aí aparece com emblema de todo o território português, aviltado à pequenez da anexação à Coroa espanhola.

Comunicação

Apresentada no XVI Encontro da ANPUH (Associação Nacional de História) – Núcleo São Paulo

Palavras-chave: ibérico – corte – aldeia – Luisa Sigéa – Francisco Rodrigues Lobo

²⁸ Eduardo D’Oliveira França, *Portugal na época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997, pp. 95-128; e Luis de Matos, *A corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1956.

²⁹ Op. cit., p. 6.